

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. Helio Lopes)

Solicita informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima sobre a coerência entre as posições públicas do Governo Federal relativas à eliminação dos combustíveis fósseis, defendidas em fóruns internacionais, e a autorização de novas frentes de exploração de petróleo na Margem Equatorial, especialmente na Foz do Amazonas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encaminho o presente Requerimento de Informação à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para que preste esclarecimentos formais e documentados sobre as aparentes contradições entre o discurso ambiental proferido pelo Governo Federal em arenas internacionais — incluindo a defesa pública do fim global dos combustíveis fósseis na COP30 — e a autorização ou anuência para a abertura de novas fronteiras petrolíferas na Margem Equatorial, em especial na Foz do Amazonas, região ambientalmente sensível e estratégica.

Em razão da relevância do tema, solicito que Vossa Excelência responda, ponto a ponto, aos seguintes questionamentos:

1. Coerência entre discurso internacional e política doméstica:

a) Informar qual é o posicionamento oficial do Ministério do Meio Ambiente acerca da defesa presidencial pelo fim da exploração e uso de combustíveis fósseis em cenário internacional.



b) Explicar de que forma esse posicionamento se compatibiliza com decisões governamentais que viabilizam ou autorizam atividades de exploração de petróleo na Margem Equatorial.

2. Foz do Amazonas – Pareceres ambientais e processos internos:

a) Encaminhar todos os pareceres técnicos, notas técnicas, análises de impacto ambiental, manifestações de servidores, recomendações de equipes do IBAMA ou órgãos ligados ao MMA relacionados aos pedidos de exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

b) Informar se houve divergências internas, pedidos de complementação de estudos, negativas, condicionantes ou alertas ambientais emitidos por técnicos ou por órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

c) Encaminhar cópias integrais de EIA/RIMA, pareceres conclusivos e manifestações técnicas sobre os riscos socioambientais da atividade.

3. Compatibilidade com compromissos climáticos internacionais:

a) Informar como o MMA avalia a compatibilidade da abertura da Margem Equatorial com os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris, especialmente metas de redução de emissões e transição energética.

b) Encaminhar estudos, pareceres ou notas técnicas que analisem o impacto da expansão da exploração petrolífera nas emissões nacionais e nos cenários climáticos projetados.

4. Análises comparativas e alternativas energéticas:

a) Encaminhar estudos que tratem da viabilidade de alternativas sustentáveis para atendimento da demanda energética, incluindo energia solar, eólica, offshore, hidrogênio verde, biocombustíveis e outras fontes de menor intensidade carbônica.

b) Informar se o MMA emitiu recomendações para priorização de modelos energéticos de baixo carbono frente à expansão da exploração de petróleo.



5. Participação do MMA em decisões interministeriais:

a) Encaminhar registros de reuniões, ofícios, notas técnicas, despachos, e comunicações oficiais entre o MMA, o Ministério de Minas e Energia e a Presidência da República relacionados ao tema.

b) Informar se o MMA foi consultado previamente sobre decisões referentes à Margem Equatorial e remeter eventuais manifestações enviadas ao governo central.

JUSTIFICAÇÃO

A divergência entre o discurso ambiental defendido pelo Governo Federal em fóruns internacionais, especialmente durante a COP30, quando foi reafirmado o compromisso com o fim global dos combustíveis fósseis, e a política doméstica que viabiliza novas frentes de exploração de petróleo na Foz do Amazonas gerou intensa controvérsia pública. Conforme reportagem da *Folha de S.Paulo* (Herculano; Fernandes, 2024)¹, especialistas, ambientalistas e técnicos apontaram que a postura internacional do governo contradiz medidas internas que avançam sobre a Margem Equatorial, área reconhecida por sua elevada sensibilidade socioambiental.

De acordo com *O Globo* (Ramalho, 2024)², essa discrepância tem sido classificada como “contradição ambiental”, uma vez que a expansão petrolífera ocorre simultaneamente ao discurso oficial de transição energética e redução de emissões. Em linha semelhante, reportagem do *Estadão* (Toledo, 2024)³ destacou críticas de

¹ **HERCULANO, Caio; FERNANDES, Millena. Pressão ambiental aumenta após governo defender fim dos fósseis e manter plano de explorar petróleo na Foz do Amazonas.** Folha de S.Paulo, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/governo-defende-fim-dos-combustiveis-fosseis-mas-avanca-em-exploracao-na-foz-do-amazonas.shtml>
Acesso em: 10 dez. 2025.

² **RAMALHO, Mariana. Contradição ambiental: governo prega transição energética na COP e insiste em explorar petróleo na Margem Equatorial.** O Globo, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2024/11/governo-prega-transicao-energetica-mas-avanca-na-margem-equatorial.ghtml>
Acesso em: 10 dez. 2025.

³ **TOLEDO, Vinícius. Governo é acusado de “hipocrisia climática” ao defender fim dos fósseis e avançar na exploração da Margem Equatorial.** Estadão, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/geral/hipocrisia-climatica-exploracao-margem-equatorial/>
Acesso em: 10 dez. 2025.



“hipocrisia climática”, diante do contraste entre os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil e o incentivo a novas fronteiras de exploração de combustíveis fósseis.

A fiscalização parlamentar é indispensável para assegurar que as ações governamentais estejam alinhadas aos princípios constitucionais da publicidade, sustentabilidade, eficiência, legalidade e moralidade, bem como aos compromissos climáticos internacionais firmados pelo País. A transparência de pareceres, estudos ambientais, comunicações institucionais e avaliações internas é essencial para esclarecer a compatibilidade, ou incompatibilidade, entre a expansão petrolífera e a política climática nacional.

Diante da relevância socioambiental do tema e das contradições amplamente noticiadas, impõe-se o presente Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2025.

Deputado **HELIO LOPES**
PL/RJ

